



CERTIFICAÇÃO DE REGISTRO

6RTD-RJ 23.06.2015
PROTOK. 1 326004



T2 RTD-BH
José Alves Correia Jr.
Escritor Substituto

EMILIO CARNEIRO DE MENEZES GUERRA, Oficial do Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos desta Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc...

CERTIFICO E DOU FÊ que a "ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA ATIVAS DATA CENTER S/A", registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 5518253, em 01/06/2015, foi assinada digitalmente por *Marinely de Paula Bomfim* (Secretária-Geral), em 01/06/2015, assinatura essa que é autêntica na forma da lei. Certifico ainda que o documento acima citado não sofreu qualquer alteração após a referida assinatura, tendo sido protocolado no Livro A-84 sob o número 1467061, registrado em microfilme e digitalizado sob o número de ordem 1467061 no Livro B-152, em 12/06/2015. O referido é verdade, dado e passado nesta cidade de Belo Horizonte-MG, aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze (12/06/2015). Eu, José Alves Correia Junior (Escrevente Substituto) assino e subscrevo.

JOSÉ ALVES CORREIA JUNIOR
Escritor

12 RTD-BH
José Alves Correia Jr
Escrivento Substituto

6°RTD-RJ - 1326004

Emol 698,78/Distrib 17,46/Lel111/08 35,12
M/A 12,24/FETJ 140,50/LEI6281 28,09
Lel 4 664/05 35,12 / Tot.Emol (R\$) 967,31
PARÂM Vies 3 / Nome(s) 3 / Págs 52
Proc Estr N / Averb N / Dilig



Protocollo n°: 1467061.

Registro nº: 1467061.

Selo Eletrônico Verificador: AD1E28974

12 RTO-BH
José Alves Correia Jr.
Escritor Substituto

OFÍCIO
REGISTRO DE
TÍTULOS E
DOCUMENTOS
www.ortd-rj.com

6º OFÍCIO
REGISTRO DE
TÍTULOS E
DOCUMENTOS

O presente documento está protocolado, registrado e digitalizado sob o número e data declarados à margem. O que certifico,
Sônia Maria Andrade dos Santos - OFICIALA - MATR. 90/126

Paulo César Andrade dos Santos - 1º SUBSTITUTO - CTPS nº: 26122/024 - RJ
 Marco André de A. Sabóia Santos - 2º SUBSTITUTO - CTPS nº: 25274/00015 - RN
 Cleia de Araújo Barreto - 3º SUBSTITUTA - CTPS nº 7324128/001 - RJ
 Jorge Edmo de Abreu Marçal - 4º SUBSTITUTO - CTPS nº: 98946/058 - RJ

Selo de Fiscalização Eletrônico: **EAZQ17673 EJB**
Consulte a Validade do Selo Em: <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>

093377AA011688

Rua dos Guajajaras, nº 329, loja 01 - Centro - Belo Horizonte - MG. CEP: 30180-100 - Telefone: (31) 3324-6630 ou (31) 8476-6541
Site: www.1rtdbh.com.br - E-mail: 1rtdbh@1rtdbh.com.br

T-000002363

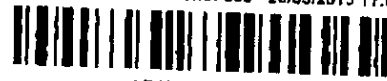


Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da Repút
 Secretaria de Racionalização e Simplificação
 Departamento de Registro Empresarial e Integração
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas G

JUCEMG

SEDE - BELO HORIZONTE

Ata: 880 - 28/05/2015 17:05



15/354.739-1

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300028232

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME:

ATIVAS DATA CENTER S.A.

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J153321984594

Nº DE VIAS

1

CÓDIGO DO ATO

980

CÓDIGO DO EVENTO

-

QTDE

-

DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBENTURES

BELO HORIZONTE

Local

29 Maio 2015

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: **Leandro César dos Reis**

Assinatura:

Telefone de Contato:

(31) 2138-1996

Leandro César dos Reis

CFO

ATIVAS DATA CENTER S.A

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☒ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO

☐ NÃO

Data

Responsável

Data

Responsável

Processo em Ordem
A decisão

01/06/15

Data

Daniela Gentio Silva

Analista de Gestão e Registro Empresarial

MASP 134.782-01

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 CERTIFICADO DE REGISTRO SOB O NRO: ED.000.212-1/000
 EM 01/06/2015
 ATIVAS DATA CENTER S.A.

PROTOCOLO: 15/354.739-1

01/06/2015
 MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL

JUCEMG

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

01/06/15

Data

Marcelo de Sampaio

Vogal

Presidente da

1ª Turma

☐ Exigência

2ª Turma

☐ Exigência

3ª Turma

☐ Exigência

4ª Turma

☐ Exigência

Charles Lotfi

Charles Lotfi

Presidente da

Leonardo Miranda Braga

Leonardo Miranda Braga

OBSERVAÇÕES

REGISTRADO SOB O NÚMERO

01467061

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

01/06/2015
 MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA ATIVAS DATA CENTER S.A.

entre

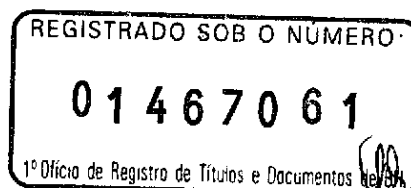
ATIVAS DATA CENTER S.A.,
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente Emissão

Datada de

21 de maio de 2015



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA ATIVAS DATA CENTER S.A.

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

ATIVAS DATA CENTER S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Agenério Araújo, 20, Bairro Camargos, CEP 30520-220, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.587.932/00001-36 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE nº 3130002823.2, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora"); e

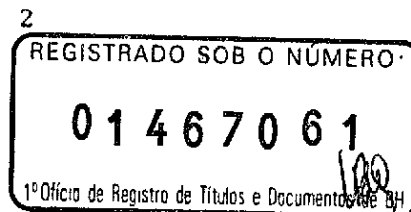
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76" ou "Lei das Sociedades por Ações"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário"); e

na qualidade de fiadora,

ASM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Paraíba, 1000 - conj. 1502 - CEP 30130-141, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.855.352/0001-78, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Fiadora").

RESOLVEM celebrar a presente "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, da Ativas Data Center S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo aduzidos.

1. **AUTORIZAÇÃO**



[Handwritten signature]

1.1. A presente Escritura é firmada com base na deliberação da assembleia geral extraordinária da Emissora realizada em 30 de abril de 2015 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, na qual foi aprovada a Emissão (conforme definida abaixo), bem como seus termos e condições. Adicionalmente, conforme aprovado na AGE, a Emissão será garantida por (a) alienação fiduciária de Imóvel, conforme definido no item 4.17.1.1 abaixo; (b) garantia fidejussória da Fiadora, conforme descrito no item 4.17.1.2 abaixo, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração da Fiadora em reunião realizada em 27 de abril de 2015; e (c) aporte de Acionistas, conforme descrito no item 4.4 abaixo.

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão, conforme definida abaixo, será realizada com observância aos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e publicação da ata da AGE

2.1.1.1. A ata da AGE foi devidamente arquivada na JUCEMG e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Diário do Comércio", em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei nº 6.404/76.

2.1.2. Inscrição desta Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCEMG, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, respectivamente, da Lei nº 6.404/76. Sem prejuízo do disposto no item 7.3 "e" abaixo, as vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCEMG deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário tempestivamente após o arquivamento na JUCEMG.

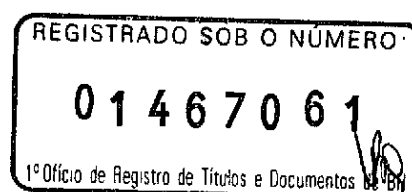
2.1.2.2. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.2.3. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM nº 476/09"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

2.1.3. Registro na ANBIMA

2.1.3.1. Não obstante o disposto no parágrafo primeiro, inciso (i) e parágrafo segundo do artigo 1º do novo "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em razão da inexistência de diretrizes e regulamentação específicas para tanto pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas, nos

3



[Handwritten mark]

termos do parágrafo primeiro do artigo 9º do referido código, a Oferta Restrita será registrada na ANBIMA desde que expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Oferta Restrita.

2.1.4. Registro das Garantias

2.1.4.1. O Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, conforme definido no item 4.21.1.1 abaixo, deverá ser levado a registro, às expensas da Emissora, perante o Cartório de Registro de Imóveis, nos prazos previstos no referido Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel.

2.1.4.2. Todas e quaisquer ações ou procedimentos necessários à existência, à validade e à eficácia das Garantias, conforme definidos no item 4.21.1 abaixo, inclusive em face de terceiros, deverão ser concluídos até a data de subscrição e integralização das Debêntures.

2.1.5. Registro Escritura em Cartório de Registro de Títulos e Documentos

2.1.5.1. Nos termos do artigo 129 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 ("Lei 6.015/73"), em virtude da Garantia Fidejussória, conforme definida no item 4.21.1.2 abaixo, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos, será registrada pela Emissora em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e Cidade do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de registro desta Escritura na JUCEMG. Após referido registro, a Emissora deverá encaminhar uma via original da Escritura e seus eventuais aditamentos, devidamente registrados nos cartórios indicados acima, para o Agente Fiduciário tempestivamente após o a obtenção dos registros.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto social da Emissora

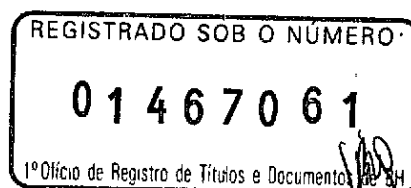
3.1.1. A Emissora tem por objeto (i) a prestação de serviços de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação; (ii) o armazenamento e processamento de base de dados; (iii) a prestação de serviços profissionais de segurança da informação e informática; (iv) a prestação de serviços de assessoria e consultoria em TIC- Tecnologia da Informação e Comunicação; e (v) o licenciamento e cessão de direito de uso de programas de computador.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 2ª (Segunda) emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos ("Emissão").

3.3. Número de séries

4



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

[Handwritten mark]

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. **Montante da Emissão**

3.4.1. O montante total da Emissão será de R\$73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais), em série única, na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5. **Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.5.1. O banco liquidante da Emissão será o Banco Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, CEP 04344-902, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e a instituição depositária das Debêntures será o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.5.2. O Escriturador Mandatário será, entre outras questões definidas em normas da CETIP (conforme abaixo definida), responsável por efetuar a escrituração das Debêntures.

3.6. **Destinação dos recursos**

3.6.1. Os recursos líquidos captados com a Emissão serão utilizados pela Emissora para a gestão ordinária dos negócios da Emissora.

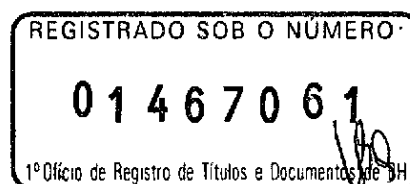
3.7. **Registro na CETIP**

3.7.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos; e (b) negociação no mercado secundário no Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures realizadas na CETIP.

3.8. **Colocação e procedimento de distribuição**

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de melhores esforços ("Oferta Restrita"), no montante de R\$73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais), com intermediação da BR Partners Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com estabelecimento no

5



4

Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3355, 26º andar, conjunto 261, Itaim Bibi, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.220.493/0001-17 ("Coordenador Líder"), observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do "Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, da Espécie Garantia Real Adicional, com Garantia Fidejussória Adicional, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da 2ª Emissão Pública da Ativas Data Center S.A.", celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Colocação").

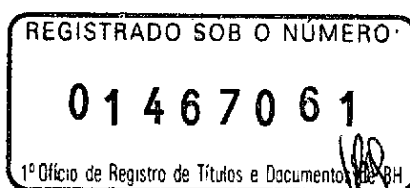
3.8.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) investidores, sendo possível a subscrição ou aquisição por no máximo 50 (cinquenta) investidores, observado que caso a subscrição ocorra até 30/06/2015, os investidores acessados poderão ser Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), e a partir de 1º/07/2015, apenas Investidores Profissionais (conforme definido abaixo).

3.8.3. Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, e observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

3.8.4. Para efeito do disposto nos itens anteriores, consideram-se:

- (i) "Investidores Qualificados", até 30/06/2015, aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura: (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (b) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura; e (c) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04 deverão subscrever, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (ii) "Investidores Qualificados", a partir de 1º/07/2015, aqueles definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013 ("Instrução CVM nº 539/13"), com redação a partir de 1º/07/2015 conferida pela Instrução CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 ("Instrução CVM nº 554/14"): (a) investidores profissionais; (b) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos.

6



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

[Handwritten mark]

financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM nº 539/13; (c) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (d) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados; e

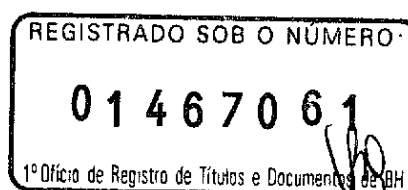
- (iii) "Investidores Profissionais" a partir de 1º/07/2015, aqueles definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539/13, com redação conferida pela Instrução CVM nº 554/14: (a) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (d) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM nº 539/13; (e) fundos de investimento; (f) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (g) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (h) investidores não residentes.

3.8.5. O Coordenador Líder não realizará a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 476/09.

3.8.6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores nesse período.

3.8.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

7



✗

3.8.8. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados e/ou Profissionais assinarão declaração atestando estar cientes de que (a) a Oferta Restrita não foi registrada na CVM; e (b) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e na presente Escritura.

3.8.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.8.10. O Coordenador Líder não será responsável por eventual saldo não colocado das Debêntures.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário").

4.2. Quantidade de Debêntures

4.2.1. Serão emitidas 73 (setenta e três) Debêntures.

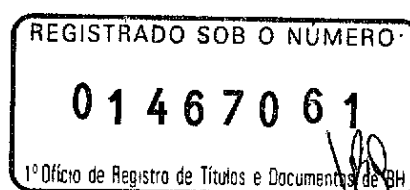
4.3. Data de Emissão

4.3.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 29 de junho de 2015 ("Data de Emissão").

4.4. **Aporte de Acionistas.** A ATIVAS PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte - MG, na Rua Paraíba, nº 1.000, Sala 1.511, 15º andar, Bairro Funcionários, CEP 30.130-141, inscrita no CPNJ sob o nº 10.515.958/0001-79 e CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM, sociedade anônima de capital aberto, com sede em Belo Horizonte - MG, na Rua dos Inconfidentes, 1.051, térreo, 1ª e 2ª Sobrelojas, Bairro Funcionários, CEP 30.140-120, inscrita no CNPJ sob o nº 02.983.428/0001-27 na qualidade de acionistas da Emissora, celebrarão um Contrato de Suporte de Acionistas ("ESA"), pelo qual, na proporção de sua participação acionária, se obrigam a realizar um aporte de capital na Emissora, nas formas e termos estabelecidos no ESA, em valor suficiente para o Cumprimento das Obrigações Pecuniárias das Debêntures, conforme definido no ESA.

4.5. Prazo e Data de Vencimento

8



MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL



4

4.5.1. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 29 de junho de 2020 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescida da Remuneração, calculada na forma prevista nesta Escritura.

4.6. **Forma e emissão de certificados**

4.6.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cédulas ou certificados.

4.7. **Comprovação de titularidade das Debêntures**

4.7.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela CETIP.

4.8. **Convertibilidade e Permutabilidade**

4.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza.

4.9. **Espécie**

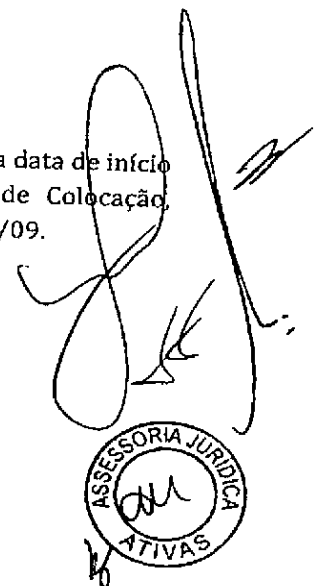
4.9.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e contarão com garantia fidejussória adicional.

4.10. **Subscrição**

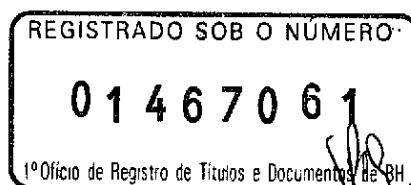
4.10.1. *Prazo de subscrição*

4.10.1.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, dentro do prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Colocação, observado o disposto nos artigos 7º-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 476/09.

4.10.2. *Preço de subscrição*



9



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858, Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354 739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

✍

4.10.2.1. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário ou seu Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme definição constante do item 4.13.2.1 abaixo, acrescido dos Juros, conforme definição constante do item 4.13.3 abaixo, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.11. **Integralização e forma de pagamento**

4.11.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

4.12. **Direito de preferência**

4.12.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures, inclusive no que se refere aos atuais acionistas da Emissora.

4.13. **Remuneração das Debêntures**

4.13.1. A remuneração das Debêntures será composta pelos Juros e pela Atualização ("Remuneração"), nos seguintes termos:

4.13.2. **Atualização do Valor Nominal Unitário**

4.13.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente, a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("Atualização" e "Valor Nominal Unitário Atualizado", respectivamente), sendo o produto da Atualização automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, ao final do Período de Atualização correspondente, segundo a seguinte fórmula:

$$VN_a = VN_e \times C$$

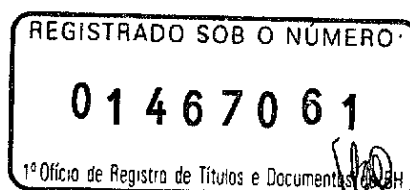
Onde:

VN_a = Valor Nominal Unitário Atualizado correspondente, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VN_e = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado ou calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA correspondente, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

10



ASSESSORIA JURÍDICA
ATIVAS

✂

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcp}{dct}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na atualização monetária das Debêntures, sendo n um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário da Debênture. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês k ;

dcp = número de dias corridos entre a Data de Emissão ou da última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número de dct , sendo dcp um número inteiro; e

dct = número de dias corridos entre a última e próxima data de aniversário, sendo dct um número inteiro.

Notas de cálculo:

Considera-se data de aniversário o dia 29, referência para utilização do índice, em cada mês;

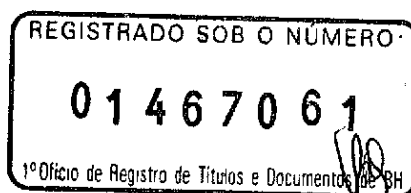
Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas, o dia do aniversário o dia 29 de cada mês;

Os fatores resultantes da expressão $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcp}{dct}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Caso, no mês de atualização, o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão, conforme a fórmula a seguir:

11



Assessoria Jurídica
ATIVAS
✂



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

8

$$\left(\frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}}\right)$$

4.13.2.2. O cálculo da Atualização pelo IPCA será realizado mensalmente ou no menor período permitido pela legislação em vigor, contados da Data de Emissão, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.2.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou ainda no caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures do IPCA, será utilizado em sua substituição o parâmetro oficial que vier a ser determinado, se houver. Caso (a) após o período de 30 (trinta) dias referido acima; ou (b) na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação do IPCA, não haja substituto legal, então, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do respectivo evento, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado. A assembleia geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da primeira convocação a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

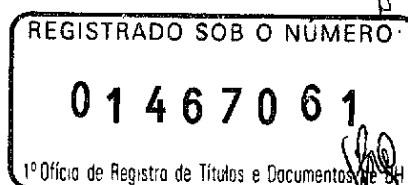
4.13.2.4. Em qualquer hipótese mencionada acima, caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de atualização entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo a maioria das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 5.1.2 abaixo, reunidos em assembleia geral, a Emissora e os Debenturistas deverão em sede de nova assembleia geral de Debenturistas, nomear um perito independente para a determinação do novo parâmetro de atualização, o qual deverá refletir o índice de variação de preços ao mercado, e que será conclusivo e vinculante à Emissora e aos Debenturistas. As despesas com a contratação do perito serão de responsabilidade da Emissora.

4.13.2.5. Uma vez convocada a assembleia geral de Debenturista de que trata o item 4.13.2.3 acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da assembleia geral de Debenturistas, será dispensada a realização da referida assembleia em comento, sendo certo que até a data de divulgação do IPCA nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures prevista nesta Escritura, será utilizado para apuração do C do item 4.13.2.1 acima, o índice correspondente ao último IPCA divulgado oficialmente.

4.13.3. Juros

4.13.3.1. As debêntures renderão juros remuneratórios que serão pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 29 de junho de 2016, nas datas indicadas no item 4.13.3.2

12



*

abaixo, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e vencimento antecipado.

4.13.3.1.1. Os juros serão fixados à taxa de 9% (nove por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, calculados cumulativa e exponencialmente, por dias corridos, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias ("Juros"), a partir da Data de Emissão, ou da Data de Pagamento de Juros imediatamente anterior, até a próxima Data de Pagamento de Juros, a Data de Vencimento, ou, se for o caso, a data da liquidação antecipada resultante de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido), ou a data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN_a \times (Fatorjuros - 1)$$

Onde:

J = valor dos Juros apurados em cada Data de Pagamento de Juros, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VN_a = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$Fatorjuros$ = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fatorjuros = \left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}}$$

Onde:

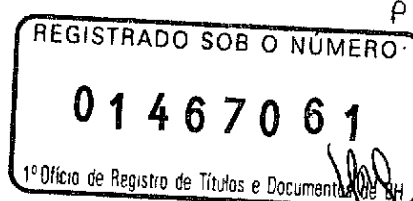
$taxa$ = 9,0000 (nove inteiros); e

n = número de dias corridos entre a Data de Emissão, ou a última Data de Pagamento de Juros, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo n um número inteiro.

4.13.3.2. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado e vencimento antecipado, os Juros serão pagos anualmente (cada um, uma "Data de Pagamento de Juros"), coincidente com as Datas de Amortização e Data de Vencimento, conforme definido no item 4.14.1 abaixo.

Data de Pagamento de Juros	Datas
	29/06/2016
	29/06/2017
	29/06/2018
	29/06/2019

13



[Handwritten signature]

[Circular stamp: ASSESSORIA JURÍDICA ATIVAS]

✍

29/06/2020

4.13.3.3. Farão jus aos pagamentos, nos termos desta Escritura, os Debenturistas que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento prevista nesta Escritura.

4.14. Amortização programada das Debêntures

4.14.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais, sendo as quatro primeiras devidas nas Datas de Amortização, e o primeiro pagamento em 29 de junho de 2016 e a última será devida na Data de Vencimento, conforme aduzido na tabela abaixo, sendo certo que os valores a serem amortizados serão atualizados monetariamente:

Datas de Amortização	Datas	Parcela Anual	% de Amortização em relação ao Valor Nominal Unitário
	29/06/2016	1ª	20,0000%
	29/06/2017	2ª	20,0000%
	29/06/2018	3ª	20,0000%
	29/06/2019	4ª	20,0000%
Data de Vencimento	29/06/2020	5ª	Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado

4.15. Repactuação

4.15.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.16. Condições de pagamento

4.16.1. Os pagamentos relativos às Debêntures serão efetuados pela Emissora (a) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, junto ao Banco Liquidante, fora do ambiente da CETIP.

4.16.2. O Debenturista que gozar de imunidade, isenção, não incidência ou alíquota zero de tributos relacionados ao investimento ou ao recebimento de quaisquer valores relacionados às Debêntures deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, na data em que subscrever ou adquirir Debêntures, declaração devidamente fundamentada em que informe tal condição, indicando a espécie do tributo de cujo recolhimento está dispensado e o diploma

14

p

Assessoria Jurídica
ATIVAS

REGISTRADO SOB O NÚMERO

01467061

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

[Handwritten signature]

legal que estabelece a imunidade, isenção, não incidência ou alíquota zero, bem como que atende a todas as condições e requisitos porventura estabelecidos para a fruição do respectivo benefício fiscal. Do contrário, terá descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores que seriam devidos por aqueles que, nos termos da legislação tributária em vigor, não gozem de tal benefício fiscal.

4.16.2.1. O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Escriturador Mandatário, pela Emissora.

4.16.2.2. Mesmo que tenha recebido a declaração referida no item 4.16.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Liquidante por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

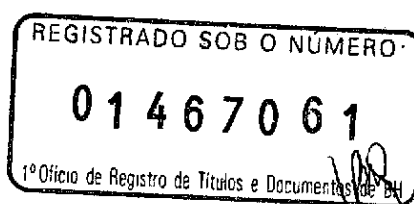
4.17. Prorrogação dos prazos

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que os bancos não estiverem autorizados a abrir ou estiverem obrigados a fechar na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ou na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.18. Encargos moratórios

4.18.1. Sem prejuízo da Remuneração (conforme definida abaixo) ou de outras consequências previstas nesta Escritura, ocorrendo impropriedade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento), sendo ambos computados sobre os valores em

15



[Handwritten mark]

atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

4.19. **Decadência dos direitos aos acréscimos**

4.19.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios pelo período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.20. **Publicidade**

4.20.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no "Diário do Comércio", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.ativas.com.br>) ("Aviso aos Debenturistas"), observado o estabelecido no art. 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM 476/09 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora informar o Agente Fiduciário acerca de tais publicações com 3 (três) dias de antecedência. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

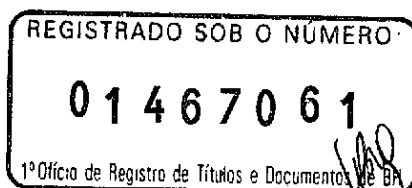
4.21. **Garantias**

4.21.1. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela Emissora na presente Escritura, as Debêntures contarão com as seguintes garantias reais ("Garantias"):

4.21.1.1. **Garantia Real.** A alienação fiduciária do imóvel de propriedade da Emissora, objeto da matrícula nº 80.605, descrito e individualizado como Lote 07 (sete) do quarteirão 53 (cinquenta e três), do Bairro Camargos, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com área de 10.397,00m² e área construída de 6.147,94m², nos termos da certidão extraída do Livro 2 do 3º Ofício Registro de Imóveis de Belo Horizonte - Minas Gerais ("Imóvel"), formalizado nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel").

4.21.1.2. **Garantia Fidejussória.** Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Emissora sob as Debêntures, a Fiadora presta, neste ato, fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-

16



[Handwritten signature]



[Handwritten initials]

AS

se como fiadora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura, conforme os termos e condições abaixo delineados ("Fiança").

4.21.1.2.1. A Fiadora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora, solidariamente responsável e principal pagadora do valor total das obrigações da Emissora sob as Debêntures, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver ("Obrigações Garantidas"), independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Emissão.

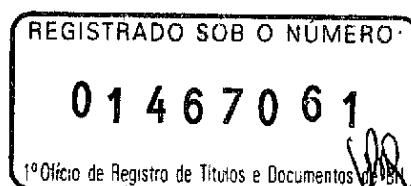
4.21.1.2.2. Em caso de inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer das Obrigações Garantidas, os valores correspondentes serão pagos pela Fiadora, devendo o Agente Fiduciário exigir esses valores diretamente da Fiadora em até 2 (dois) dias úteis contados do inadimplemento, mediante envio de notificação por escrito pelo Agente Fiduciário à Fiadora, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures, resguardado o direito de regresso da Fiadora e observado o disposto abaixo. Referida notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e, conforme o caso, fora do âmbito da CETIP.

4.21.1.2.3. A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 837 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.21.1.2.4. A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.21.1.2.5. A presente Fiança é prestada pela Fiadora em caráter irrevogável, irretratável e solidário, e entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

17



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim -- Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 18/51

[Handwritten mark]

4.21.1.2.6. A Fiadora, desde já, reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do adimplemento integral das Obrigações Garantidas.

4.21.1.2.7. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até o integral adimplemento das Obrigações Garantidas.

4.21.1.3. As Garantias acima, formalizadas nesta Escritura e no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, deverão ser levados a registro, às expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Imóveis, quando for o caso, nos prazos previstos no item 2.1.4 e 2.1.5 acima.

4.21.1.4. As Garantias permanecerão válidas em todos os seus termos até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações nos termos da presente Escritura.

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

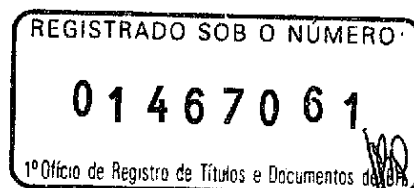
5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá a qualquer tempo, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado as Debêntures, conforme definido abaixo, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures.

5.1.2. Para efeito de fixação de quórum nesta Escritura, definem-se como "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e ainda não resgatadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.

5.2. Resgate antecipado facultativo

18



[Handwritten mark]

5.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e exclusivamente nas Datas de Amortização, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, conforme o caso ("Resgate Antecipado").

5.2.2. O Resgate Antecipado das Debêntures será realizado pelo saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado de cada Debênture objeto do resgate na data do Resgate Antecipado, acrescido do Juros devidos até a data do efetivo resgate.

5.2.2.1. O Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida à totalidade dos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário e à CETIP, ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas, nos termos da cláusula 4.20.1 acima desta Escritura ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data do efetivo Resgate Antecipado a ser implementado pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado") e, na mesma data da publicação, envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário. A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

5.2.2.2. Da Comunicação de Resgate deverão constar: (a) a Data de Resgate Antecipado respectiva; (b) se o Resgate Antecipado será total ou parcial; (c) local de realização; (d) procedimento de resgate; e (e) valor unitário de resgate das Debêntures.

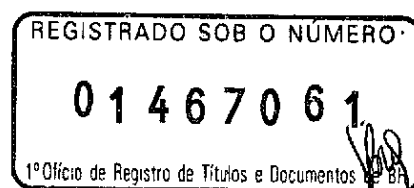
5.2.2.3. Em caso de Resgate Antecipado parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76, sendo que o sorteio será coordenado pelo Agente Fiduciário. Os Debenturistas sorteados serão comunicados pelo Agente Fiduciário com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência sobre o Resgate Antecipado sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate serão liquidadas em uma única data.

5.2.2.4. O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme procedimentos adotados por essa instituição, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, sob a coordenação do Agente Fiduciário.

5.2.2.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas.

5.3. Vencimento antecipado

19



[Handwritten signature]
[Circular stamp: ASSESSORIA JURÍDICA ATIVAS]



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

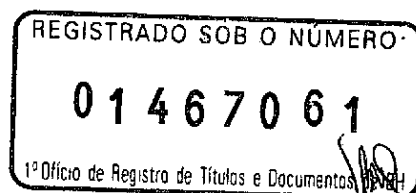
Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354 739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

8

5.3.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* conforme o disposto nesta Escritura, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses, observado o disposto nos itens abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- a) destinação dos recursos captados com a Emissão para outros fins que não aqueles previstos no item 3.6.1 desta Escritura;
- b) não pagamento, pela Emissora e/ou Fiadora, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, nas datas previstas nesta Escritura, não curado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis;
- c) em relação a Emissora, Fiadora e Acionistas (1) decretação de falência; (2) pedido de autofalência; (3) pedido de falência formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (4) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (5) liquidação, dissolução ou extinção;
- d) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, nos contratos que formalizam as Garantias (em conjunto, "Documentos da Emissão"), não sanada no prazo de 10 (dez) dias contados da data de recebimento, pela Emissora de comunicação escrita que lhe for enviada pela Agente Fiduciário, informando-a da ocorrência do respectivo evento, ressalvado a existência de prazo específico para a purgação da mora;
- e) se a Emissora estiver em mora com o cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, e venha a realizar o pagamento de dividendos, ou de juros sobre capital próprio e resgate de ações;
- f) caso as declarações ou garantias materialmente prestadas em quaisquer dos documentos da Emissão sejam ou se mostrem imprecisas, falsas, enganosas ou incorretas nos Documentos da Emissão;
- g) ocorrência de eventos ou situações que comprovadamente afetem, de modo relevante e adverso, a capacidade financeira e operacional da Emissora, Fiadora e Acionistas de cumprir com suas obrigações relacionadas às Debêntures e Garantias prestadas ("Efeito Adverso Relevante");

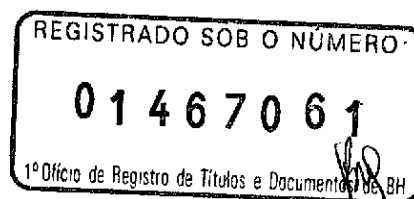
20



ds

- h) ressalvada a alínea "b" acima, inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira devida pela Emissora e/ou de suas controladas, cujo valor principal individual ou agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, desde que tal inadimplemento não seja sanado dentro dos prazos de cura ou retificação previstos nos respectivos instrumentos, caso aplicável;
- i) não cumprimento de qualquer decisão final de caráter administrativo, arbitral ou judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou de suas controladas, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;
- j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- k) anulação, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer dos Documentos da Emissão e/ou de qualquer das Garantias;
- l) alteração ou modificação do objeto social da Emissora que possa alterar substancialmente o ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora;
- m) aquisição, pela Emissora, de controle ou de participação acionária em outras sociedades, *joint ventures* ou consórcios, que consista em atividade estranha ao seu objeto social, conforme descrito no item 3.1.1 da presente Escritura;
- n) aprovação de reorganização societária (redução do capital social, incorporação (inclusive de ações), operações de fusão, cisão ou incorporação) que envolva a Emissora, exceto as seguintes operações permitidas: (1) que tenham sido aprovadas por Debenturistas que representem ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo) reunidos em assembleia geral de Debenturistas convocada para esse fim; e/ou (2) operações entre a Emissora e/ou qualquer empresa de seu grupo econômico, e desde que delas não resulte qualquer efeito prejudicial e relevante (i) na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens e/ou resultados operacionais da Emissora ou de quaisquer de suas controladas; (ii) nos poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora, Fiadora, de quaisquer de suas controladas e/ou das Acionistas que impliquem em alteração quanto ao dever de cumprir com suas obrigações decorrentes de qualquer dos Documentos da Emissão; ou (iii) que afete ou que possa afetar as declarações e garantias prestadas nos respectivos Documentos da Emissão;

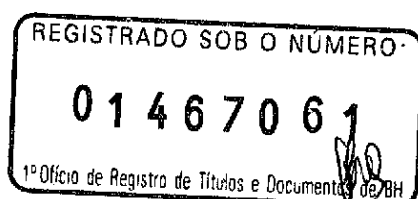
21



8

- o) ocorrência de evento por meio do qual os atuais acionistas controladores diretos ou indiretos da Emissora deixem, em uma ou mais transações, direta ou indiretamente, de deter o poder de exercer o direito de voto com relação a mais de 50% (cinquenta por cento) das ações ordinária ou ações representativas do capital social da Emissora, de eleger a maioria dos administradores da Emissora, ou de determinar a direção dos negócios da Emissora; seja por titularidade de ações, quotas ou outros direitos de emissão e/ou vinculados à Emissora, por contrato ou acordo ou de qualquer outra forma;
- p) ocorrência de qualquer procedimento de sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora e/ou Fiadora, conforme o caso, de qualquer de suas controladas, cujo valor contábil individual ou agregado apurado em cada momento represente mais de 20% (vinte por cento) do ativo consolidado da Emissora e/ou Fiadora, levantado à época com base nas demonstrações financeiras mais recentes da Emissora e/ou Fiadora, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 30 (trinta) dias contados da ocorrência do respectivo evento;
- q) protesto contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado não pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se for comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário que: (1) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de comunicação, pela Emissora, acerca do protesto; (2) o protesto for cancelado ou sustado antes de tal prazo; ou (3) forem prestadas antes de tal prazo garantias suficientes em juízo, juntamente com medidas de sustação devidamente comprovadas;
- r) decisão, sentença judicial transitada em julgado, sentença arbitral ou qualquer decisão ou não sujeita a recurso, condenando a Emissora e/ou Fiadora ao pagamento, cujo valor agregado a ser pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não tendo sanado tal situação no prazo de 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento na respectiva decisão ou sentença;
- s) existência de processo judicial, administrativo ou arbitral que tenha como objeto a discussão da inexistência, nulidade, invalidade, ineficácia ou inexecutibilidade de qualquer dos Documentos da Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados (a) da data da citação, intimação ou da efetiva ciência, por qualquer outro meio, pela Emissora e/ou pela Fiadora a respeito da existência do processo judicial, administrativo ou arbitral; ou (b) da data da propositura, pela Emissora e/ou pela Fiadora, do processo judicial, administrativo ou arbitral em questão;

22



Handwritten signature and stamp: ASSESSORIA JURÍDICA, DU, 16



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 23/51

- t) suspensão, por iniciativa da Emissora, da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP;
- u) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com relação à Emissora; ou
- v) ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado das obrigações relativas às Debêntures previstas no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e ESA.

5.3.2. A ocorrência do evento indicado no item 5.3.1 "c" acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas bem como de notificação à Emissora. Na ocorrência do evento indicado no item 5.3.1 "c", o Agente Fiduciário deverá assim que ciente, enviar comunicação escrita nesse sentido, à Emissora, com o respectivo comprovante de recebimento pela Emissora, sendo que referido envio será de realização obrigatória pelo Agente Fiduciário.

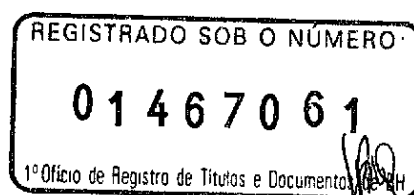
5.3.3. Ocorrendo qualquer dos eventos referidos no item 5.3.1 acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados (a) da data em que o Agente Fiduciário tomar ciência do evento, quando o mesmo não for passível de cura; ou (b) da data de término do prazo de cura do evento, quando assim previsto nesta Escritura, assembleia geral de Debenturistas, para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures. A assembleia geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

5.3.4. A assembleia geral de Debenturistas a que se refere o item 5.3.3 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

5.3.5. Na hipótese (a) de não instalação da assembleia geral dos Debenturistas mencionada no item 5.3.4 acima em segunda convocação, por ausentes os necessários requisitos legais e contratuais; ou (b) de não ser expressamente rejeitado o vencimento antecipado das Debêntures na referida assembleia, o Agente Fiduciário deverá declarar imediatamente o vencimento antecipado das Debêntures.

5.3.6. Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a pagar o Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido do valor dos Juros ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão, ou da Data de Pagamento de Juros imediatamente anterior, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos até tal data pela Emissora nos termos desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data

23



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 24/51

[Handwritten signature]

de recebimento da comunicação do vencimento antecipado, pelo Agente Fiduciário, observado o disposto nos itens 5.3.2 e 5.3.5 acima ("Data de Comunicação do Vencimento Antecipado"), sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso o pagamento referido neste item seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada, pela Emissora, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência. As Debêntures objeto do procedimento aqui descrito serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

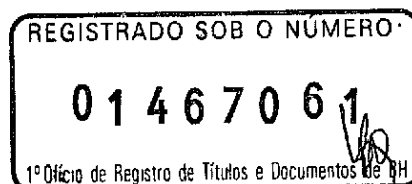
6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Enquanto as Debêntures estiverem em circulação, a Emissora adicionalmente se obriga a:

a) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- 1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a tal exercício, auditadas por empresa de auditoria, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e regulamentação aplicável; e (ii) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (d) que seus bens foram mantidos devidamente assegurados;
- 2) dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), por meio de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- 3) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora e/ou Fiadora, em até 2 (dois) dias úteis de seu recebimento, que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante sobre as Debêntures, Emissora ou a Fiadora;
- 4) a ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 5.3.1 acima descritos deverá ser prontamente comunicada, ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até

24



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

[Handwritten signature]
NATÁLIA DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

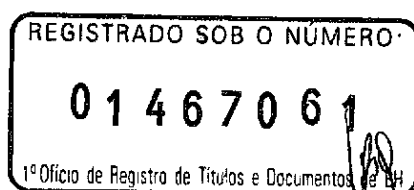
pág. 25/51

[Handwritten mark]

2 (dois) dias úteis após a sua ciência e/ou de ato ou fato que tenha resultado ou possa resultar em um Efeito Adverso Relevante sobre as Debêntures, Emissora ou sobre a Fiadora, imediatamente após a sua verificação;

- 5) dentro de 15 (quinze) dias, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.20.1 acima;
 - 6) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que se refiram à Emissão e às obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, ou, se ali não previstos, no prazo de até 8 (oito) dias contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - 7) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura e nos demais Documentos da Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário ou que venha a ser por este solicitada para cumprir determinação estabelecida em regulamentação ou lei aplicável, ou decorrente de decisão judicial;
- b) convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
 - c) comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
 - d) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu respectivo estatuto social e com esta Escritura ou demais Documentos da Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
 - e) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, a empresa de auditoria, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário;
 - f) efetuar o pagamento de todas as despesas de que trata o item 7.6.6 desta Escritura, desde que razoáveis, devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, usualmente praticadas por agentes fiduciários em transações de tipo similar à Emissão e necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos,

25



P

[Handwritten signature]
[Circular stamp: ASSESSORIA ATIVAS]



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

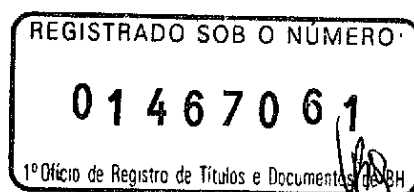
[Handwritten signature]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
Secretária-Geral

8

inclusive honorários advocatícios razoáveis e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;

- g) informar em até 8 (oito) dias ao Agente Fiduciário qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias, societárias ou nos negócios da Emissora e/ou Fiadora que (1) impossibilite o cumprimento, pela Emissora e/ou Fiadora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (2) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora e/ou Fiadora ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- h) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- i) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- j) cumprir todas as leis e, em todos os aspectos relevantes, todas as regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- k) notificar, em até 3 (três) dias úteis, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- l) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente a qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- m) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- n) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário e do Banco Liquidante;
- o) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura, no que for aplicável;

26



Handwritten signature and circular stamp: ASSESSORIA JURÍDICA ATIVAS



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E8E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354 739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

X

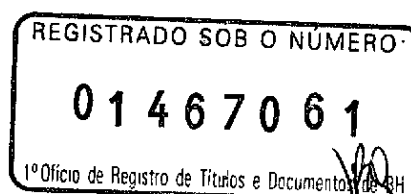
- p) cumprir rigorosamente o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, as demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão, assim como, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor; e
- q) não transferir ou, por qualquer forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, perante o Agente Fiduciário, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria.

6.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM nº 476/09:

- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
- b) submeter suas demonstrações financeiras a empresa de auditoria registrada na CVM;
- c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de empresa de auditoria especializada, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de cada exercício social;
- d) manter os documentos mencionados na alínea "c" acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
- e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM nº 358/02"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;

27



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Circular stamp: ATIVAS ASSESSORIA JURÍDICA]

X

- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, e comunicar a ocorrência de tal fato relevante imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- g) fornecer, inclusive ao Agente Fiduciário, sempre que assim demandada, todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora nomeia e constitui a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificado, como Agente Fiduciário desta Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.2. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

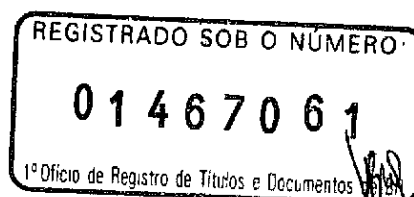
7.2.1. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) Dias Úteis antes do término do prazo referido no item 7.2 acima, caberá à Emissora efetua-la.

7.2.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente esse fato à Emissora, solicitando sua substituição.

7.2.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário não implicará em aumento da remuneração originalmente estabelecida nesta Escritura.

28



[Handwritten mark]

7.2.5. A substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

7.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEMG.

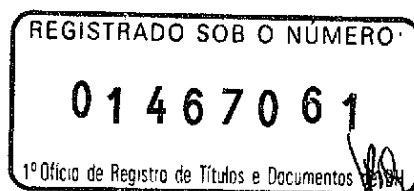
7.2.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos na JUCEMG, hipótese em que a Emissora lhe fornecerá todas as informações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

29

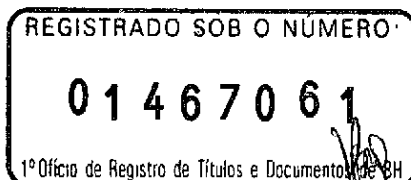


[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Circular stamp: ASSESSORIA JURÍDICA ATIVAS]

[Handwritten mark]

- g) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções e desde que por motivo devidamente fundamentado, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas, juntas de conciliação e julgamento e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- h) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- i) convocar, quando necessária, a assembleia geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.20.1 acima;
- j) comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- k) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76 e do artigo 12, inciso XVII, da Instrução CVM nº 28/83, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo relacionadas. Para tanto, a Emissora enviará todos os atos societários, os dados financeiros, o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e quaisquer documentos necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
 - 1) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - 2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora e Fiadora;
 - 4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - 5) resgate ou amortização antecipada do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, e pagamento da Remuneração realizados

30



[Handwritten signature]
[Circular stamp: ATIVAS ASSESSORIA JURIDICA]



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

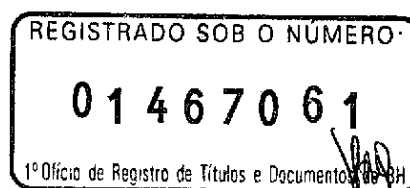
[Handwritten signature]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

[Handwritten mark]

no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

- 6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - 7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - 8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - 9) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - 10) a existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - denominação da companhia ofertante;
 - valor da emissão;
 - quantidade de debêntures emitidas;
 - espécie;
 - prazo de vencimento das debêntures;
 - tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, se for o caso; e
 - eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- l) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- 1) na sede da Emissora;
 - 2) no seu escritório;
 - 3) na CETIP;
 - 4) na CVM; e
 - 5) na sede do Coordenador Líder;

31



[Handwritten signature]
[Circular stamp: ATIVAS ASSESSORIA JURÍDICA]

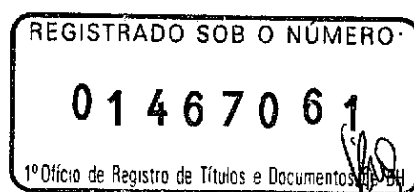
[Handwritten mark]

- m) publicar em conjunto com a Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicado aos Debenturistas de que o relatório acima mencionado se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP;
- q) divulgar as informações referidas no item 7.3 "k", 10 em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- r) disponibilizar o Valor Nominal Unitário Atualizado e a remuneração das Debêntures, a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do seu website.

7.4. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) requerer a falência da Emissora;
- c) tomar qualquer providência necessária para que os Debenturistas realizem seus créditos;

32



[Handwritten signature]
[Circular stamp: ATIVAS, ASSESSORIA JURÍDICA]

[Handwritten mark]

- d) executar as Garantias, judicial ou extrajudicialmente, para pagamento dos montantes devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos da presente Escritura e dos contratos que instrumentalizam as Garantias; e
- e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção e/ou liquidação da Emissora, conforme aplicável.

7.5. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens 7.4 "a" a "d" acima se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 7.4 "e" acima.

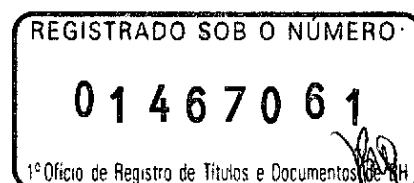
7.6. Serão devidos, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, uma remuneração anual de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto dia útil) contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

7.6.1. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 7.6 acima será atualizada anualmente, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ("IGP-M/FGV"), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de cada data de pagamento e até cada data de pagamento subsequente, calculada *pro rata die*, se necessário.

7.6.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.6.3. Os honorários devidos pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que trata o item 7.6 acima serão acrescidos dos seguintes tributos: (a) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (d) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referidos honorários, excetuando-se o Imposto de Renda (IR), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, de tal forma que estes valores correspondam a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços de Agente Fiduciário pelas instituições financeiras..

33



[Handwritten signature]
[Circular stamp: ASSESSORIA JURÍDICA ATIVAS]

✱

7.6.4. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.6.5. Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

7.6.6. O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis, que comprovadamente venha a incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega de cópia dos documentos comprobatórios, incluindo:

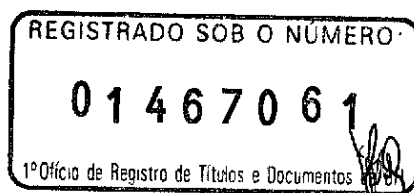
- a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) taxas, emolumentos e autenticações de documentos, que se fizerem necessários para prestação dos serviços pelo Agente Fiduciário;
- c) fotocópias, envio de documentos e digitalizações;
- d) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão;
- e) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis e comprovadas; e
- f) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.7. Sem prejuízo do disposto no item 7.6.6 acima, as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, cujo valor agregado seja superior a R\$500,00 (Quinhentos reais) por mês, deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

7.6.7.1 As despesas a que se referem a Cláusula 7.6.7 acima não compreenderão aquelas incorridas com:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da

34



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Circular stamp: ASSESSORIA JURÍDICA ATIVAS]



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

[Handwritten mark]

Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não tenham sido entregues dentro de 10 (dez) dias úteis da data da solicitação;

- c) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades por parte da Companhia nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- d) despesas incorridas para a defesa dos Debenturistas caso a Companhia incorra em Evento de Inadimplemento, inclusive aquelas decorrentes do deslocamento, estadia e alimentação na realização de quaisquer reuniões ou assembleias com ou referente à Companhia.

7.6.8. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

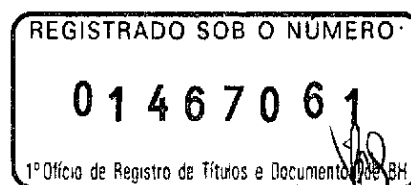
7.6.9. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma prevista no item 7.6.8 acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência na ordem de pagamento.

7.6.10. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus, se assim solicitado pela Emissora.

7.6.11. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência à data do pagamento.

7.6.12. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário

35



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
ASSESSORIA JURÍDICA
ATIVAS

[Handwritten mark]

substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela assembleia geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

8.2. Aplica-se à assembleia geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A assembleia geral de Debenturistas pode ser convocada (a) pelo Agente Fiduciário; (b) pela Emissora; (c) por Debenturistas que representem, em conjunto, 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definições abaixo); ou (d) pela CVM.

8.4. A assembleia geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, em conjunto, 50% (cinquenta por cento) no mínimo das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais dos Debenturistas.

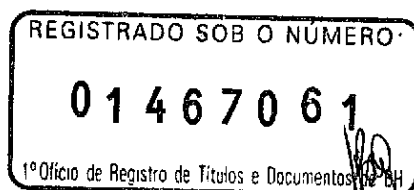
8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da assembleia geral de Debenturistas caberá conforme quem a tenha convocado, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. A cada Debênture em Circulação corresponderá 1 (um) voto nas assembleias gerais de Debenturistas.

8.9. Todas as deliberações em assembleia geral de Debenturistas serão tomadas pela maioria dos votos dos Debenturistas presentes, exceto por (a) eventual renúncia ou perdão temporário à declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures e/ou modificação de qualquer dos termos e condições desta Escritura, incluindo este item, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando não menos que 75% (setenta e cinco

36



[Handwritten signature]
[Circular stamp: ASSESSORIA JURÍDICA ATIVAS]

8

por cento) das Debêntures em Circulação conforme definido no item 5.1.2 acima; e (b) os demais quóruns qualificados estabelecidos na presente Escritura.

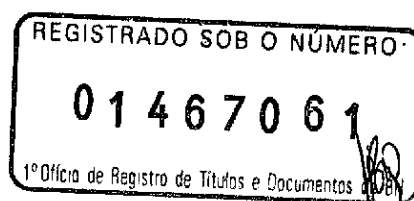
8.10. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em assembleias gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais de Debenturistas.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- d) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- e) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei nº 6.404/76, e não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- f) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- g) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- h) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- i) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente,

37



Handwritten signature and circular stamp of the ASSESSORIA JURIDICA ATIVAS.



[Handwritten signature]

Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;

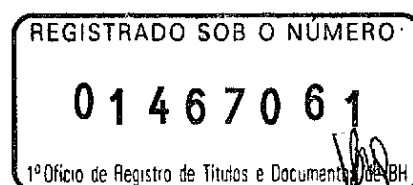
- j) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- k) é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordos com as leis da República Federativa do Brasil;
- l) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83; e
- m) para fins do disposto no artigo 10, §2º, da Instrução CVM nº 28/83, na data de assinatura da presente Escritura, presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora ("1ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 01 de julho de 2017, em que foram emitidas 90.000 (noventa mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante que:

- a) é companhia fechada validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, os demais Documentos da Emissão e a cumprir todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- c) esta Escritura e os demais Documentos da Emissão e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes para a Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;

38

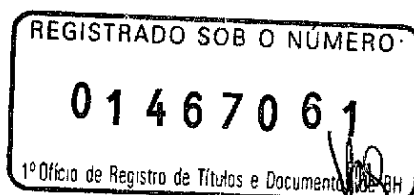


[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Circular stamp: ASSESSORIA JURÍDICA ATIVAS]

X

- d) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- e) a celebração da presente Escritura e dos demais Documentos da Emissão e o cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas todas as obrigações aqui e ali previstas (1) não infringem qualquer disposição em contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte; (2) não resultarão em: (i) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou documentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto conforme previsto nos Documentos da Emissão; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (3) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens estejam sujeitos; e (4) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens;
- f) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder são materialmente corretos, verdadeiros, consistentes e suficientes, bem como estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- g) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas da Emissora em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- i) a Emissora cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe sejam aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto com relação àquelas que estejam sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- j) tem todas as autorizações e licenças relevantes, inclusive ambientais, exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA e com a forma de cálculo da Remuneração, inclusive nas hipóteses de resgate ou amortização antecipada das Debêntures, nos termos desta Escritura;

39



Handwritten signature and circular stamp: ASSESSORIA JURÍDICA ATIVAS



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

X

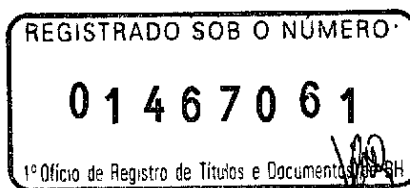
- l) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- m) a não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- n) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- o) tem ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM nº 476/09, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão, da mesma espécie que as Debêntures, dentro do prazo de 4 (quatro) meses a contar da data de encerramento da Oferta Restrita, exceto se a nova oferta for submetida ao registro junto à CVM.

10.2. A Emissora se compromete a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

10.3. A Fiadora declara e garante que:

- a) é companhia fechada validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, os demais Documentos da Emissão e a cumprir todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- c) a Fiança constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- d) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- e) a celebração da presente Escritura e prestação da Fiança (1) não infringem qualquer disposição em contratos ou instrumentos dos quais a Fiadora seja parte; (2) não resultarão em: (i) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação

40



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354 739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

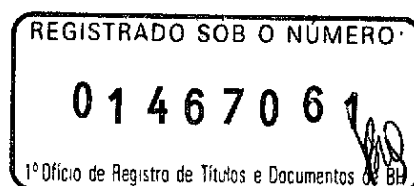
SECRETARIA GERAL

pág. 41/51

[Handwritten mark]

- estabelecida em qualquer destes contratos ou documentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora, exceto conforme previsto nos Documentos da Emissão; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (3) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Fiadora ou quaisquer de seus bens estejam sujeitos; e (4) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Fiadora ou quaisquer de seus bens;
- f) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder são materialmente corretos, verdadeiros, consistentes e suficientes, bem como estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Fiadora bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- g) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas da Fiadora em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- h) as demonstrações financeiras da Fiadora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Fiadora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, a Fiadora não tem conhecimento de nenhum efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Fiadora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Fiadora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Fiadora;
- i) a Fiadora cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe sejam aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto com relação àquelas que estejam sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- j) tem todas as autorizações e licenças relevantes, inclusive ambientais, exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA e com a forma de cálculo da Remuneração, inclusive nas hipóteses de resgate ou amortização antecipada das Debêntures, nos termos desta Escritura;

41



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Circular stamp: ASSESSORIA JURÍDICA ATIVAS]



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

X

- l) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- m) a não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão; e
- n) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

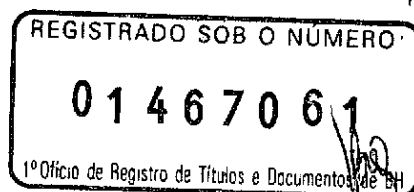
10.4. A Fiadora se compromete a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- a) para a Emissora:
ATIVAS DATA CENTER S.A
Rua Agenério Araújo, 20
Bairro Camargos
CEP 30520-220- Belo Horizonte - MG
At.: Sr. Gustavo Martins Malveira Alves / Sra. Fernanda Vignoli Cabral
Telefone: (31) 2138-1906 / (31) 2138-1996
Fax: (31) 2138-1900
Correio eletrônico: gustavo.martins@ativas.com.br/fernanda.cabral@ativas.com.br
- b) para o Agente Fiduciário:
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304
Barra da Tijuca
CEP 22640-102— Rio de Janeiro — RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
Correio eletrônico: operacional@pentagonotruster.com.br

42



Handwritten signature and stamp: ASSESSORIA JURÍDICA ATIVAS



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

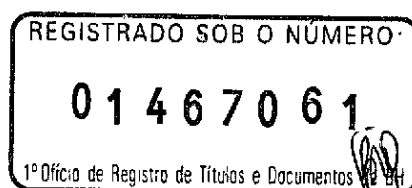
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 43/51

JS

- c) para o Banco Liquidante:
BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setubal
Parque Jabaquara
CEP 04344-902- São Paulo, SP
At.: Srs. Luiz André Negrin Petito e Victor Pacifico Homem
Telefone: (11) 2740-2596 e 2740-2599
Correio eletrônico: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br
- d) para o Escriturador Mandatário:
ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.,
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, parte
Itaim Bibi
CEP 04538-132 - São Paulo, SP
At.: Srs. Luiz André Negrin Petito e Victor Pacifico Homem
Telefone: (11) 2740-2596 e 2740-2599
Correio eletrônico: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br
- e) para a CETIP:
CETIP S.A - MERCADOS ORGANIZADOS
Avenida República do Chile, 230, 11º andar
20031-170 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481
Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br
ou
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
01452-001 - São Paulo - SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
- f) para a Fiadora:
ASM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.
Rua Paraíba, 1000 - conj. 1502
CEP 30130-141
Belo Horizonte - MG
At.: Sr. Geraldo Vilela de Faria
Telefone: (31) 3247-6570
Fax: (31) 3247-6597
Correio eletrônico: vilela@asamar.com.br

43



[Handwritten mark]

11.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.1.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

11.2. Entende-se por "Dia Útil" o dia que não coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

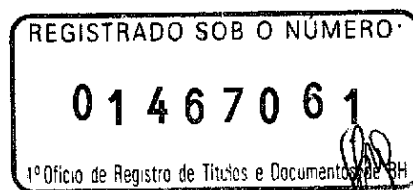
11.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer inadimplemento ou atraso.

11.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

11.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que

44



[Handwritten mark]

permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

11.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral.

11.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disso aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/83 e dos artigos aplicáveis da Lei nº 6.404/76, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

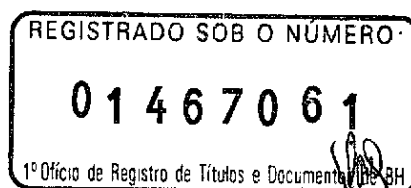
11.9. Os termos constantes desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em língua estrangeira, bem como quaisquer outros termos de linguagem técnica e/ou financeira que eventualmente, durante a vigência da presente Escritura e no cumprimento dos direitos e das obrigações assumidos pelas partes, venham a ser utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

11.10. As partes declaram que a presente Escritura integra um conjunto de negociações de interesses recíprocos, envolvendo a celebração dos Documentos da Emissão, que não podem ser interpretados e/ou analisados isoladamente.

11.11. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.12. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

45



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Circular stamp: ASSESSORIA JURIDICA ATIVAS]



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

[Handwritten mark]

11.13. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.14. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12. FORO

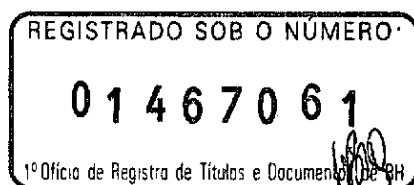
12.1. Fica eleito o Foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 21 de maio de 2015.

(Assinaturas nas páginas seguintes)

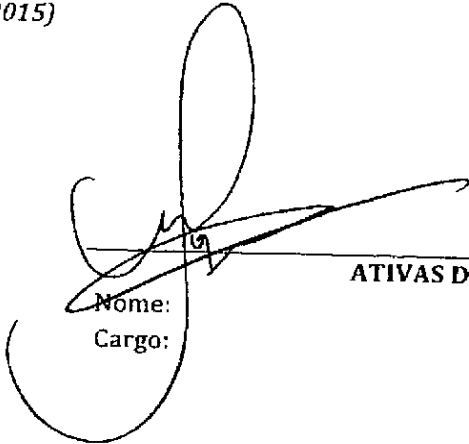
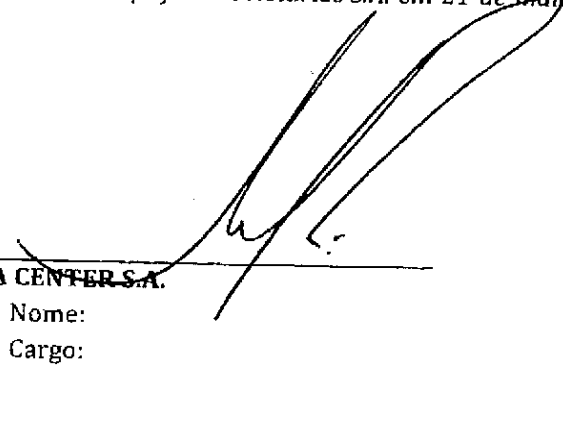
46



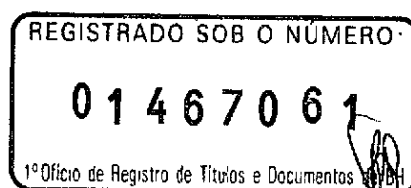
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



(Página de assinaturas 1/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, da Ativas Data Center S.A." celebrada entre Ativas Data Center S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e ASM Participações Societárias S.A. em 21 de maio de 2015)

 
Nome: _____ Nome: _____
Cargo: _____ Cargo: _____
ATIVAS DATA CENTER S.A.

47



[Handwritten mark]

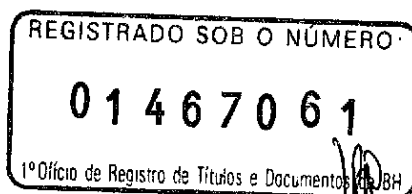
(Página de assinaturas 2/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, da Ativas Data Center S.A." celebrada entre Ativas Data Center S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e ASM Participações Societárias S.A. em 21 de maio de 2015)

[Handwritten signature: Ana Beatriz Mendes Ribeiro]
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES

MOBILIÁRIOS

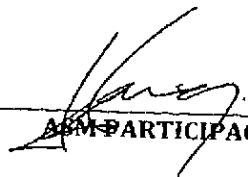
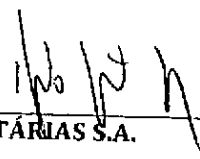
Nome: Ana Beatriz Mendes Ribeiro
Cargo: Procuradora

48



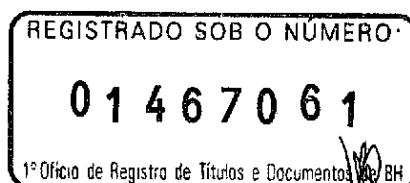
8

(Página de assinaturas 3/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, da Ativas Data Center S.A." celebrada entre Ativas Data Center S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e ASM Participações Societárias S.A. em 21 de maio de 2015)

Nome: ASM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.
Cargo:

49



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 50/51

Página de assinaturas 4/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, da Ativas Data Center S.A." celebrada entre Ativas Data Center S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e ASM Participações Societárias S.A. em 21 de maio de 2015)

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 01467061

Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado sob o nº **01467061**, livro nº **A-84**, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº **01467061**, livro nº **B-152**, nesta data. Belo Horizonte, 12/06/2015. Emol: 1.063,67 TUF 354,56 Recome: 63,73 Total 1.481,96

12 RTD-BH
 Cristiana M. H. Blas Forles
 Escrevente Autorizada

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 Ofício do 1º Registro de Títulos e Documentos
 de Belo Horizonte - MG - CNS:05.529-3

Selo Eletrônico Nº **ADE28974**
 Cód. Seg.: **0168.5723.5121.4964**

Quantidade de Atos Praticados: **00052**

Emolumentos: R\$1127,40 - TUF: R\$354,56

Valor Final: R\$1481,96

Consulte a validade deste Selo no
 site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Testemunhas:

1. Rafael O. de Souza e Silva

Nome: Rafael Oliveira de Souza e Silva
 RG: 30.862-778-7 SSP/SP

2.

Nome: Bruna Vieira de O. Mangini
 RG: CPF: 343.161.458-27



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5518253 em 01/06/2015 da Empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., Nire 31300028232 e protocolo 153547391 - 29/05/2015. Autenticação: 277D123C174ED9958D6A72E6E9806AE3C721858. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/354.739-1 e o código de segurança c26R Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/06/2015 por Mannely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MANNELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL